

14 JUN 1988

Pedindo as contas FOLHA DE SÃO PAULO

FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHESI

Se o Plano Cruzado foi bom enquanto durou, por que só ver nele, agora, defeitos, quando evidentemente tinha também qualidades?

Enfim, cabe perguntar: a culpa de todos os males foi da "ditamole" militar e do Plano Cruzado ou devemos debitá-la à grande maioria dos homens do governo, políticos e seus partidos, e uma parte também, ainda que menor, a uma boa parcela da população brasileira.

O Plano Cruzado, bem me lembro, foi uma bebedeira geral de euforia. A inflação estava de uma vez por todas sepultada e era chegada a hora tão esperada de construir o novo Brasil.

A esperança desse radiante porvir tinha a sua razão de ser, pois, afinal, ainda que muitos por conveniência sustentem o contrário, a "transição" do regime militar para o regime civil estava encerrada com o fim do governo do presidente João Baptista Figueiredo.

Afinal, não foi no governo dele que aconteceu a anistia? Não foi nesse mesmo governo que a imprensa se libertou de suas peias e os políticos e o povo em geral puderam ir às ruas clamando por eleições diretas? Os trabalhadores não fizeram tantas greves quantas julgaram convenientes à defesa de seus interesses? Algumas até sem interesses?

Pouco importa que tais eleições diretas não tenham acontecido. A grande verdade é que com o fim do governo Figueiredo encerrou-se o período de transição e os sucessores dele, autodenominados Nova República, cuidaram logo de pôr em prática as suas teorias, porém, dizendo sempre, alto e bom som, que se tratava de um governo de transição.

Se bem analisada a questão, veremos que não é mais hora de transição e que muito menos o atual governo agiu sob essa ótica. Tanto

que implementou planos só admissíveis em regimes de mais absoluta estabilidade, como se vê, por exemplo, do Plano Nacional de Reforma Agrária, do Plano Cruzado e até mesmo da própria convocação da Assembléia Nacional Constituinte, além de outros tantos planos, menores ou maiores.

Somente "salaios", para usar da expressão tão em voga, teriam a pretensão de redigir uma nova Constituição para a nossa pseudo Federação em momento de... transição.

Nada, absolutamente nada, pode ser erigido com o caráter de duradouro, em período de governo que tenha essa característica. Na transição simplesmente se administram as dificuldades para, alcançada a modificação pretendida e consequentemente e bonança, iniciar-se o período do governo de verdadeira construção nacional com planos que tais. Ai sim, é chegado o momento azado de redigir a nova Constituição para o país.

Mas, se como afirmei a transição se encerrou com o governo do presidente Figueiredo, então estamos todos certos em fazer, já e agora, a nova Constituição.

É certo. Porém o estamos fazendo com o rótulo errado —chamando de transição o que transição não é— e sofrendo os efeitos da ressaca consequente à bebedeira do Plano Cruzado (principalmente na manifestação do voto) e, o que é mais importante, nos esquecendo de que esse contrato social não admite assinaturas com ressalvas.

Todos assinam e sem ressalvas. Inclusive e especialmente os redatores.

Não vale, em termos de Constituição, a brincadeira das leis que pegam ou não pegam. A Constituição, até que outra a substitua, necessariamente pega. Que o diga o egrégio Supremo Tribunal Federal, guardião maior da pega.

Mas em termos de Constituição, uma coisa é certa: a transição pegou e a ressaca do cruzado veio para ficar. Não vamos confundir ressaca de bebedeira com lições, até porque, as lições do Plano Cruzado, ao que parece, estamos fazendo questão de não aprender.

E por falar em bebedeira. Todos se lembram? E como esquecer se foi geral? Havia o governo estimulando, havia os políticos colhendo os frutos, havia os novos empresários e investidores, havia os remarcadores de produtos, havia os sonegadores e o câmbio negro dos mesmos, havia até os juros bancários de graça, ainda que todos soubessem que alguém, mais cedo ou mais tarde, deveria pagar a conta da ilusão. Todo trabalhador se sentiu, então, com o direito de ser patrão, ainda que não sobrasse ninguém para ser seu empregado, salvo é claro, os fiscais do Sarney, sempre afastados da mesa. Todos beberam à larga, abandonaram o bar e querem agora, exatamente, que os fiscais do Sarney, o povo, que não bebeu e sequer se acercou da mesa, pague a conta da festa.

Para o povo em geral, é bom que se diga, não existe um governo Sarney. Existe o governo, formado pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário. Todos, sem quaisquer diferenças nas respectivas responsabilidades, para o povo em geral, são o governo. Uno e único, no momento.

E, como o governo em geral, salvo a honrosa exceção do Poder Judiciário, fartou-se à mesa, juntamente com os que queriam ser patrões sem medir consequências, querem todos, agora, através do novo texto constitucional, apresentar ao povo a conta da festa.

Uma última parcela, porém também imensa, mas relativa somente à parte cabente aos novos patrões e empresários, ficou para ser apresen-

tada com as Disposições Transitórias do novo texto constitucional. A parcela daqueles que não quiseram ficar do lado de cá para cobrar responsabilidades pois preferiram também faltar-se à mesa, já que, muito vivos, queriam fazer os seus particulares cruzados. Muitos realmente os fizeram e se perderam no anonimato, de bolsos cheios. Outros porém, certamente porque inabilitados para aventura de tal porte, agora qual interditos, incapazes, batem à porta do Executivo e da Constituinte, companheiros da festa, para transferir a conta deles para o povo.

Através dos constituintes que sabidamente elegeram ou que seus lobbies arregimentaram, já apresentaram a conta à consideração geral. Ante as reações, até fizeram a fusão de suas contas. Qual o total da conta? Ninguém sabe. Uma coisa porém, é certa, sabe-se quem vai pagá-la: o povo.

Para dourar a pílula, a conta é desdobrada: uma parte (30%) o povo pagará através do Sistema Financeiro Nacional e, a outra (70%), como não podia deixar de ser, o povo também a pagará, porém através do governo, ambas, como é evidente, desembocando no orçamento, feito às custas dos tributos que o mesmo povo anônimo paga... até e principalmente quando dorme.

Não seria mais fácil e justo cada um pagar a conta que fez?

Afinal, quem pariu Matheus que o embale.

Já não é sem tempo que adquiramos um pouco, ainda que um pouco só, de honestidade e responsabilidade, erigindo (se não for demais) o trabalho como uma obrigação social.

Chega de transição e de disposições transitórias. O povo pode, de repente, resolver pedir as contas.